



Manifestações reuniram movimentos sociais, sindicatos e lideranças políticas em capitais brasileiras. Protestos denunciaram recorde de assassinatos de mulheres e cobraram políticas públicas de proteção

Mulheres vão às ruas contra feminicídio

» ALÍCIA BERNARDES

O Dia Internacional da Mulher, celebrado ontem, foi marcado por atos e manifestações em diversas cidades brasileiras. Movimentos feministas, sindicatos e organizações da sociedade civil foram às ruas para denunciar o aumento da violência contra mulheres e cobrar políticas públicas de proteção. Os protestos ocorreram em capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Brasília, tendo como principal bandeira o combate ao feminicídio.

A mobilização ocorre em meio a números alarmantes. Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que o Brasil registrou 1.568 feminicídios em 2025, o maior número da última década e um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior. Desde que o crime passou a ser tipificado na legislação, em 2015, mais de 13,7 mil mulheres foram assassinadas por razões de gênero no país. O estudo também mostra que 62,6% das vítimas são mulheres negras e que, na maioria dos casos, o agressor é alguém conhecido, geralmente parceiro ou ex-companheiro.

No Rio de Janeiro, um dos principais atos ocorreu na Praia de Copacabana, na altura do Posto 3. Logo nas primeiras horas da manhã, mulheres da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) fincaram cruzes na areia com o lema “Parem de nos matar”. A ação simbólica buscou chamar a atenção para o avanço da violência contra mulheres. “O 8 de Março é um dia de reflexão, mas também de luta. Fincamos essas cruzes no maior cartão postal do Brasil para conscientizar a sociedade de que o feminicídio precisa acabar”, afirmou Katia Branco, representante da entidade.

O protesto contou com apresentações culturais e homenagens à vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018. Uma boneca gigante representando a parlamentar circulou pela manifestação. Presente no ato, Luyara Franco, filha de Marielle, afirmou que a mobilização representa a continuidade da luta

da mãe. “Há poucos dias, tivemos a condenação dos mandantes do assassinato de Marielle. Isso mostra que a luta dela segue viva e que precisamos continuar ocupando as ruas”, disse.

Entre as autoridades presentes no Rio, estavam a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e as deputadas Benedita da Silva e Talíria Petrone. Em discurso emocionado, a ministra defendeu mais políticas de proteção às mulheres. “Queremos flores e chocolate no 8 de Março, mas também queremos respeito e igualdade. Temos chorado cada vez mais pelos corpos de mulheres que têm sido tombados. Estamos aqui para mostrar que seguimos de pé”, declarou.

Em São Paulo, a Avenida Paulista teve dois atos. Pela manhã, parlamentares e lideranças políticas defenderam mais participação feminina na política e medidas contra a violência de gênero. À tarde, movimentos feministas realizaram nova manifestação, com pautas como o fim da escala 6x1 e a ampliação do acesso ao aborto legal. Durante o protesto, houve um princípio de confusão após um grupo de homens provocar as manifestantes com palavras de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A Guarda Civil Metropolitana foi acionada e usou spray de pimenta para dispersar o grupo.

Em Belo Horizonte, centenas de pessoas se reuniram na Praça Raul Soares para denunciar o que ativistas classificam como uma “epidemia de feminicídios”. A ex-deputada federal Áurea Carolina participou do ato e ressaltou a necessidade de mudança cultural no país. “São homens que não aceitam o ‘não’ de uma mulher. Precisamos construir um futuro em que ser mulher não seja uma condição de risco”, afirmou.

Na Bahia, a manifestação em Salvador também reuniu movimentos feministas e organizações sociais. O ato foi convocado pelo Movimento 8M com o lema “Mulheres vivas, em luta e sem medo”. Além do combate ao feminicídio, as participantes defenderam democracia, soberania nacional e melhores condições de trabalho para as mulheres.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Atos foram registrados em pelo menos cinco capitais. Na foto, manifestantes se concentram na praia de Copacabana, no RJ

No DF

Em Brasília, a mobilização reuniu sindicatos, coletivos feministas e movimentos sociais no Eixo Cultural Ibero-Americano, antigo complexo da Funarte. A marcha seguiu em direção ao Palácio do Buriti e teve como foco denunciar a violência de gênero e cobrar políticas públicas de proteção. As manifestantes também criticaram a falta de investimentos na rede de atendimento às vítimas de violência.

Presidente da União Brasileira de Mulheres no Distrito Federal (UBM-DF), Maria das Neves afirmou que o país enfrenta uma situação de emergência diante do crescimento dos assassinatos de mulheres. “Estamos nas ruas para dizer que o Brasil vive uma calamidade pública. A

cada 24 horas, quatro mulheres são assassinadas no país. Nosso grito é pela vida de meninas e mulheres”, declarou.

Além das críticas à violência, os movimentos também defenderam medidas estruturais, como a ampliação de delegacias especializadas, investimentos em creches públicas e o fortalecimento da rede de proteção às vítimas de violência doméstica. Para as lideranças do movimento, o 8 de Março precisa ir além de homenagens simbólicas e se consolidar como um momento de mobilização política em defesa da vida e dos direitos das mulheres.

Vítimas de estupro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem uma lei que estabelece

a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima de estupro de vulnerável, tornando inadmissível qualquer relativização e determinando a aplicação das penas previstas para o crime.

A medida foi aprovada após a absolvição de um homem de 35 anos acusado de estuprar uma menina de 12 anos em Minas Gerais, caso que ganhou grande repercussão e resultou no afastamento do desembargador responsável pelo julgamento. Após recurso do Ministério Público, a condenação originalmente determinada em primeira instância foi mantida.

No Brasil, o Código Penal prevê que a conjunção carnal ou a prática de atos libidinosos com menores de 14 anos configura estupro de vulnerável.

» General-médica

Natural de Recife (PE), Cláudia Lima Gusmão Cacho é pediatra, iniciou sua carreira militar em 1996, acumula quase 30 anos de experiência, já liderou hospitais estratégicos e possui MBA em Gestão Estratégica de Saúde pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

onde a mulher é respeitada como mulher e como profissional. Essa preparação foi feita de forma muito séria. As meninas passarão pelos mesmos treinamentos de combate, doutrina, valores éticos, hierarquia, disciplina e exigências físicas dos meninos. Até porque a guerra não faz distinção”, explicou o major-brigadeiro Moreno.

A Lei 14.540/2023 instituiu programas de prevenção ao assédio sexual na administração pública e tramita no Senado o PL 582/2015, que tipifica o crime no âmbito militar. Segundo a advogada Carolina Tegethoffs, militares que sofram preconceito ou importunação têm canais como chefia imediata, ouvidorias e o Ministério Público Militar para buscar proteção.

Outro ponto é o contrato inicial das voluntárias do Smif. Apesar de benefícios como auxílio-maternidade e contagem de tempo para aposentadoria, ao fim do vínculo de até oito anos, elas passam para a reserva sem estabilidade.

***Estagiária sob a supervisão de Rafaela Gonçalves**

Caminho aberto para o Alto-Comando militar

» LETÍCIA CORRÊA*

A indicação da coronel-médica Cláudia Lima Gusmão Cacho ao generalato pode romper quase 400 anos de barreiras no Exército Brasileiro, segundo especialistas. Se sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela se tornará a primeira mulher a integrar o Alto-Comando, colegiado responsável pelas decisões estratégicas das Forças Armadas, em um setor historicamente masculino.

O marco coincide com a entrada das primeiras 1.467 voluntárias no Serviço Militar Inicial Feminino (Smif), em março de 2026, reforçando a expansão da presença feminina na área de segurança e defesa.

Segundo o advogado trabalhista Cid de Camargo Júnior, a indicação possui um valor simbólico e prático “imensa”, pois reforça que o acesso a postos de maior hierarquia deve ocorrer com base em critérios objetivos de mérito e capacidade profissional, servindo de fator de inspiração para outras mulheres. “Pode funcionar como fator de inspiração e como instrumento institucional de mudança cultural, incentivando maior participação feminina e fortalecendo políticas de igualdade e oportunidades dentro das Forças Armadas”, destacou.

Para a advogada Carolina Tegethoffs, a indicação é um passo “relevante” para ampliar a participação feminina nas Forças Armadas, mas depende de um movimento institucional “mais amplo”. “A consolidação desse processo exige que existam condições para que outras militares também possam progredir na carreira e alcançar postos de comando”, disse ela.

O major-brigadeiro do Ar Marcelo Moreno, Diretor de Administração do Pessoal da Aeronáutica, afirmou ao **Correio** que a inclusão feminina é uma “decisão de inteligência estratégica”. Segundo ele, ao abrir espaço para mulheres, as Forças Armadas ampliam sua capacidade de seleção, aproveitando talentos de toda a juventude brasileira, e não apenas metade.

“A Força Aérea se preparou de forma muito séria, muito responsável, para recepção dessas novas meninas, soldados concretas, por meio de adaptação dos alojamentos, vestiários, banheiros, tudo para garantir respeito, privacidade e, sobretudo, dignidade. É muito importante passar essa mensagem clara dentro da Força Aérea Brasileira”, declarou.

Igualdade

O advogado especializado em direito militar, Marcelo Almeida, afirma que, embora a

Divulgação/Hospital Militar de Área de Brasília



Março de 2026 marca a entrada das primeiras 1.467 voluntárias no Smif

indicação ao generalato seja um marco inspirador para mulheres, é preciso cautela. Ele alerta que tratar a carreira militar feminina como “igual à masculina” pode ser arriscado se as diferenças biológicas forem ignoradas.

“Deverá haver respeito às diferenças existentes nas mulheres, por exemplo o período menstrual, o qual sabemos que em razão dos hormônios, muita coisa é alterada na saúde da mulher, ainda que por curto tempo”, comentou. “Desconsiderar características como ciclos menstruais, gestação e amamentação sob o argumento de uma igualdade meramente formal não representa um avanço”, acrescentou Tegethoffs.

A igualdade jurídica, no entanto, não

exige um tratamento absolutamente idêntico em todas as situações, devendo o ordenamento admitir medidas que protejam a saúde e a dignidade da mulher.

Assédio

Outro ponto crítico é a segurança das mulheres no trabalho. As instituições afirmam que, para ampliar a presença feminina, é essencial um ambiente livre de assédio, com adaptações em alojamentos e banheiros para garantir privacidade e dignidade.

“Nós temos que garantir um ambiente livre de qualquer tipo de assédio,